
A voz dos jornais no editorial: Enquadramentos do governo antiambientalista de Jair Bolsonaro na cobertura editorial de Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo¹

Fernanda Safira Soares CAMPOS²

Bruno Bernardo de Araújo³

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT

RESUMO

Este estudo analisa os quadros semânticos predominantes na cobertura editorial dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre a política ambiental do governo Bolsonaro (2019-2022). Nosso objetivo é entender como os jornais projetaram a sua voz institucional no enquadramento do tema “meio ambiente”, em cenário de populista. Para tal, investigamos um corpus de 111 editoriais, com base numa análise de enquadramento conduzida por categorias adaptadas do trabalho de Robert Entman (1993). Após uma contextualização breve do tema, discutimos o conceito de editorial. Os resultados apontam que ambos os jornais abordaram temas semelhantes sobre a pauta ambiental nos editoriais, mas de maneiras distintas. Enquanto o Estadão põe ênfase nos impactos econômicos negativos sobre o agronegócio, a Folha realça o aumento dos danos ambientais derivados de queimadas e do desmatamento ilegal.

PALAVRAS-CHAVE: editoriais; Jair Bolsonaro; mídia; extrema-direita; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

A chegada do governo de Jair Bolsonaro ao poder desencadeou um intenso processo de politização da questão ambiental no Brasil, resultando em interpretações simplistas que fundamentaram a desarticulação de mecanismos de proteção ambiental conquistados desde o fim da Ditadura Militar. Esse processo incluiu a flexibilização da legislação e o desinvestimento em órgãos de proteção e controle ambientais. Observou-se um aumento alarmante no desmatamento dos biomas brasileiros no período de 2019 a 2022, atingindo níveis sem precedentes, além da perseguição de minorias étnicas, como indígenas, que foram afetados pelos impactos do aumento da presença de garimpeiros ilegais em suas terras, realidade estimulada pelas ações e omissões do Governo Federal.

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda do Programa de PPGCOM-UFMT, fsafirac@gmail.com. Este trabalho tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso, no âmbito do Projeto Comunicação Populista, Neoconservadorismo e Desinformação em Contextos Eleitorais Subnacionais.

³ Doutor em Comunicação, Professor do PPGCOM-UFMT, email: brrunoaraujo@gmail.com.

De fato, diante do populismo extremista e do negacionismo do governo Bolsonaro, o Brasil passou de protagonista global na pauta ambiental à condição de pária na agenda de luta contra o desmatamento, recusando-se a cooperar com a comunidade internacional em iniciativas para conter os danos das mudanças climáticas. Os impactos negativos dessa postura foram sentidos pelos diversos biomas nacionais, por instituições públicas, comunidades e povos tradicionais e atingiu até mesmo a reputação de parcelas do setor produtivo nacional que haviam apoiado o ex-presidente, como o agronegócio. O setor enfrentou a imposição de barreiras a produtos brasileiros no comércio internacional e a restrição de acesso a crédito diante da perda de credibilidade do Brasil.

Como destacam Ferrante e Fearnside (2019), em poucas regiões do mundo, há visões sobre a natureza tão politicamente carregadas como no Brasil, especialmente após a ascensão de Bolsonaro à presidência. Com efeito, desde 2019, cresceu o desinvestimento em instituições e ações de proteção ambiental, o negacionismo em relação a dados científicos e o estímulo à violência contra povos originários em suas próprias terras. Foi possível observar, por exemplo, a contrariedade pública do governo em relação a dados oficiais que apontavam a intensificação do desmatamento no país.

Já no primeiro ano de mandato, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foi alvo de ataques de Bolsonaro, que culminaram na exoneração do então presidente do instituto, Ricardo Galvão, um cientista com reconhecimento internacional, nomeado no governo Lula como presidente do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao ver a divulgação de dados que mostravam o aumento das áreas desmatadas na Amazônia, Bolsonaro acusou a diretoria do órgão de “falta de responsabilidade, respeito e patriotismo”. Na ocasião, o ex-presidente afirmou que Galvão agia “a serviço de alguma ONG” e que seu trabalho prejudicava a imagem do Brasil. Por sua vez, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), referências da pauta ambiental brasileira, também foram atingidos com corte de verbas e ameaças do governo.

Ainda durante a campanha de 2018, Bolsonaro chegou a dizer que “nem um centímetro de terra será demarcada para os povos indígenas e que tanto as unidades de conservação (áreas protegidas para ecossistemas naturais) quanto as terras indígenas devem ser abertas à agricultura e mineração”. O cumprimento de parte desta promessa e uma série de ameaças e ataques levaram a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

(Apib) a denunciar o então presidente brasileiro ao Tribunal Penal Internacional de Haia, em agosto de 2021. Bolsonaro foi acusado de genocídio e ecocídio, uma nova tipificação de crime contra a humanidade. No documento, os indígenas apontam uma série de ações contra o ambiente promovidas pelo então governante e os seus impactos sobre os povos.

Assim, partindo de uma abordagem da interface populismo-meio ambiente (MCCARTHY, 2019), este estudo analisa como os dois dos principais jornais de referência do país, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo, todos do espectro dos quality papers, enquadraram, em seus editoriais, a política (anti)ambiental do Governo Bolsonaro, identificado, neste trabalho, como um governo populista de extrema-direita, em linha com o entendimento da literatura recente sobre populismos (MUDDE; KALTWASSER, 2017; NORRIS; INGLEHART, 2019). Considerando a relevância de investigar as relações entre os populismos e a mídia, além da própria pauta ambiental, estudar a forma como a imprensa de referência enquadra o tema e se posiciona sobre ele ajuda a entender como o discurso e as ações populistas são representados no espaço mediático hegemônico, particularmente o modo como os jornais afirmam politicamente a sua posição em face de um fenômeno que afeta crescentemente as democracias.

Ao examinar empiricamente os editoriais, é relevante definir essa estrutura jornalística e refletir sobre o seu papel no âmbito do debate público sobre um tema tão importante globalmente. Empresas jornalísticas têm interesses intrínsecos e podem adotar diversas abordagens para protegê-los. A escolha desse formato como foco de análise, portanto, deriva do fato de que o seu exame permite compreender os pontos de vista e a maneira como o jornal projeta a sua voz institucional politicamente, ou seja, como ele argumenta, adverte e desvela os diferentes temas e os interpreta, endereçando sentidos forjados em enquadramentos específicos aos seus diferentes públicos.

O estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: *De que maneira a cobertura editorial dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo enquadraram a pauta ambiental no governo de Jair Bolsonaro?* Para fins de construção do corpus desta pesquisa, considera-se o período de 2019 a dezembro de 2021, perfazendo-se, assim, 3/4 do governo Bolsonaro. O corpus é constituído de 53 editoriais da Folha de S. Paulo e 111 editoriais d'O Estado de S. Paulo.

O texto se estrutura, além desta introdução, numa discussão sobre o conceito e papel político dos editoriais, seguida da delimitação das questões metodológicas para a

análise dos editoriais. Na sequência, os dados são apresentados e discutidos no tópico de análise e nas conclusões do artigo.

O EDITORIAL COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO JORNAL

As concepções de mundo de um jornal podem se manifestar em diversas oportunidades (MONT'ALVERNE e MARQUES; 2015). Segundo a divisão estabelecida por José Marques de Melo e Francisco de Assis, que se fundamenta “em observações empíricas do jornalismo brasileiro no quinquênio 2002-2007” (2016, p.35), o gênero opinativo seria composto pelos formatos artigo, comentário, editorial, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica. Cada formato possui características próprias que os tornam únicos. Ainda assim, há alguns que guardam grandes semelhanças. Este é o caso dos formatos editorial, artigo e comentário, que possuem poucas diferenças externas. O primeiro [editorial] talvez seja o que mais se distancia, pelo fato de não trazer assinatura de um autor, já que registra um posicionamento institucional. Os demais são praticamente idênticos: textos assinados nos quais são expostos pontos de vista acerca de algo (MELO e ASSIS, 2016, p. 52).

Em linhas gerais, editorial é um texto que apresenta a opinião oficial do jornal sobre um determinado assunto. Por ser do gênero opinativo, tem como objetivo influenciar as instituições sociais sobre temas de interesse coletivo através de alertas, considerações e recomendações, tendo como finalidade fazer avaliações de temas e acontecimentos (MELO e ASSIS; 2016). O pesquisador brasileiro Luiz Beltrão chegou a defini-lo como “a voz do jornal, sua tribuna” (1980, p. 52), por considerar que, nesse espaço, são expressos posicionamentos a respeito de acontecimentos ligados tanto à comunidade, à existência e ao desenvolvimento da empresa jornalística.

Como explica Firmstone (2019), quando a imprensa buscou se distanciar das organizações partidárias que financiavam as publicações até meados do século XIX, os editoriais surgiram como um espaço importante para a demarcação do que era tão somente informação do que tinha caráter opinativo e institucional, especialmente na realidade europeia. Conforme Campos (2019), no Brasil, a divisão que permitiu distinguir um jornalismo de fatos de um jornalismo de opinião, chegou um pouco mais tarde. Até meados do século XX, os jornais eram ainda bastante partidários, com a opinião de seus donos se confundindo, em grande medida, com a “informação” repassada ao público.

Assim, é possível afirmar que o editorial é, provavelmente, o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados no jornalismo (MONT'ALVERNE e MARQUES, 2015). Em estudo sobre o papel da imprensa na construção do debate político, Firmstone (2019) aponta o editorial como um espaço poderoso, que tenta “influenciar a política indiretamente, alcançando a opinião pública, ou diretamente, mirando os políticos” (p. 01, tradução nossa). A pesquisadora sistematiza quatro objetivos do editorial: (1) influenciar leitores, eleitores e/ou a opinião pública; (2) influenciar a cobertura noticiosa interna (3) influenciar as agendas e cobertura em outros meios de comunicação; e (4) influenciar a agenda política.

Já para Espinosa (2003, p. 4), “o editorial é a carta de apresentação e o elemento de identificação ideológica de qualquer mídia, especialmente as escritas”. A pesquisadora defende que o formato é a opinião mais autorizada que um jornal pode dar sobre a interpretação das notícias. Para isso, é fundamental que o editorialista seja capaz de recriar o acontecimento noticioso apontando seu significado social. Logo, é necessário ter amplo e profundo conhecimento sobre o assunto, capacidade de analisar e interpretar os fatos, para conseguir expressar de forma clara e objetiva soluções para os problemas identificados, apresentando, para tanto, julgamentos sobre os fatos.

Mont'Alverne e Marques (2015) voltam seus estudos para a análise dos editoriais brasileiros e sua importância na busca por compreender de que maneira o jornalismo brasileiro se diferencia daquele praticado em outros países, além de como costumam ser empregados como artifícios políticos. Na visão dos autores, o editorial é um espaço especial em que o jornal costuma “fazer política” e pressionar o poder público (p.122), atuando também como uma forma de o jornal consolidar sua posição social e sua própria imagem diante da sociedade. Entre as funções do formato, os autores destacam a de orientar e chamar o leitor à ação, além de fiscalizar os agentes políticos, posicionando o jornal como um representante do leitor. A busca pelo cumprimento da função fiscalizadora também leva os editoriais a serem espaço de constantes cobranças, discordâncias e críticas com relação aos políticos (p.131).

Em um estudo publicado em 2019, os autores listam 13 valores editoriais que funcionam como guia para a elaboração desse formato textual. Um dos valores apontados diz respeito à relação entre as empresas jornalísticas e determinados agentes ou instituições, sendo este valor bastante caro à análise pretendida nesta dissertação. Desta forma, como salientam, um jornal pode nutrir, ao longo de anos, certa antipatia por uma

figura política, instituição ou partido, especialmente quando algo pode ser visto, de acordo com o ponto de vista do veículo, como perigoso ao interesse público. Esta percepção tende a levar à recorrente produção de textos editoriais com tom adversário (p.11). Neste sentido, verificaremos, na análise, adiante, como os veículos interpretam e reagem aos ataques de Bolsonaro à imprensa e à ciência.

Sendo assim, frente ao mito da imparcialidade frequentemente promovido pelos jornais na cobertura noticiosa, a análise de editoriais possibilita uma compreensão do posicionamento institucional que é intencionalmente compartilhado com o público. Essa análise pode influenciar o espaço da informação factual, como apontado por Fonseca (2005). Dessa forma, nos editoriais, torna-se mais evidente a presença de elementos que revelam a inclinação das linhas editoriais, afastando-se da suposta neutralidade do texto jornalístico. Destarte, os editoriais são textos opinativos que expressam os posicionamentos da empresa em relação a um determinado acontecimento de interesse social, revelando a complexidade das abordagens editoriais.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Retomando os objetivos da pesquisa, este estudo analisa os enquadramentos predominantes na cobertura editorial dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) sobre a política ambiental do Governo Bolsonaro. É, portanto, nosso objetivo compreender os quadros de sentido mobilizados por dois veículos da imprensa de referência do país para interpretar as ações e os discursos que emergiram do seio de um governo populista de extrema-direita acerca da questão do meio ambiente, um tema central na agenda política dos nossos dias.

Por meio de uma estratégia qualitativa, tendo o método de enquadramento como diretriz metodológica para análise dos editoriais os jornais, partimos de seguinte pergunta de pesquisa: “De que maneira a cobertura editorial dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo enquadraram a pauta ambiental no governo de Jair Bolsonaro?”. O corpus é constituído de 53 editoriais da Folha de S. Paulo e 111 editoriais d’O Estado de S. Paulo.

Para responder à questão, construímos um *corpus* de editoriais dos jornais FSP e OESP, publicados nos três primeiros anos de mandato do governo de Jair Bolsonaro, de janeiro de 2019 a dezembro de 2021. Para a coleta, realizada na ferramenta de busca

disponível nos sites dos veículos, consideramos a presença, em conjunto, dos termos “Bolsonaro” e “Meio Ambiente”.

Para a análise, o estudo recorre às teorias de enquadramento, em linha com a proposta metodológica de pesquisas anteriores (ARAÚJO; PRIOR, 2021; GUAZINA, PRIOR; ARAÚJO, 2019). Entende-se por enquadramento o trabalho de ordenação semântica do real pela mídia sobre os diversos assuntos da agenda pública. Partimos da compreensão de Entman (1993), de acordo com a qual os enquadramentos são quadros interpretativos de compreensão da realidade, articulados com base nos realces e silenciamentos em torno de um dado tema. O autor entende que esses quadros ordenam o real, fazendo prescrições sobre ele, à medida em que funcionam como identificadores de problemas, cujas explicações são dadas em termos de causas e consequências, mas também de julgamentos e do apontamento de soluções

Desta definição de Entman — e inspirados pela proposta de Matthes e Kohring (2008) — definimos quatro variáveis de análise: 1) definição de um problema, 2) interpretação causal, 3) avaliação moral e 4) recomendação de solução. Para cada variável, cujas definições estão dispostas no Quadro 1, foram definidas diferentes categorias, extraídas de uma leitura sistemática do corpus⁴.

Quadro 1: Variáveis a serem identificadas nos editoriais e suas descrições

Variável	Descrição
Definição de problema	Referem-se às questões relacionadas ao meio ambiente que são apresentadas nos editoriais como desafios, ameaças ou preocupações.
Interpretação causal	São os fatores ou agentes (atores) atribuídos aos problemas ambientais mencionados nos editoriais.
Avaliação moral	Diz respeito à maneira como os problemas e suas causas são avaliados; faz julgamentos morais, avaliando os próprios agentes e os efeitos de suas atitudes.
Recomendação de tratamento	São as ações ou políticas sugeridas nos editoriais para lidar com os problemas ambientais e suas causas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do entendimento de Entman (1993) da definição de *frame*.

ANÁLISE EMPÍRICA

Considerando a amplitude do corpus investigado neste estudo, procederemos agora à apresentação das categorias que se destacam com maior ênfase, através da análise dos enquadramentos encontrados nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha

⁴ Toda a matriz de codificação utilizada nesta pesquisa pode ser verificada [neste link](#).

de S. Paulo. Essas categorias estão relacionadas às variáveis mencionadas no tópico anterior. Nesse sentido, no Estado de S. Paulo, a “definição de problema” com maior destaque é “implicações econômicas”. Essa categoria surge, principalmente, associada à preocupação que os editorialistas demonstram em relação à “imagem do Brasil perante a comunidade internacional”, categoria que também foi frequentemente identificada. Como exemplo, no editorial “Recuo importante”, de janeiro de 2019, o editorialista destaca os riscos de uma ameaça feita por Bolsonaro ainda durante a campanha à Presidência. “Além de representar uma inexplicável indiferença com o meio ambiente, a saída do Brasil do Acordo de Paris traria graves e imediatos danos econômicos e políticos ao País”. As demais categorias identificadas dentro desta variável foram: mudanças climáticas, implicações sociais, desmatamento, queimadas e incêndios, impactos no setor do agronegócio, ataques aos direitos indígenas, ataques à imprensa, à ciência, aos órgãos de monitoramento e à proteção ambiental, a destruição dos biomas, negacionismo e regularização fundiária.

Identificados os problemas, passamos à variável “interpretação causal”, que analisa as causas apontadas pelo jornal para as questões identificadas como problemáticas. O próprio “Jair Bolsonaro” é apontado como a categoria mais frequente. Bolsonaro é amplamente descrito como irresponsável e despreparado, e os editoriais destacam as implicações negativas de sua postura tanto no âmbito nacional quanto internacional. No entanto, ao analisar o início do mandato, nota-se que o jornal aborda Bolsonaro de forma mais suave, como se fosse difícil prever os retrocessos que ocorreriam, apesar da sua clara postura antiambiental desde a campanha eleitoral. Esta variável abarca as categoriais: crimes ambientais, abordagens com tom ideológico, envolvimento militar, enfraquecimento de conselhos e órgãos ambientais, corrupção, figuras como Donald Trump, Jair Bolsonaro, postura de pária internacional, atuação de Ricardo Salles e Hamilton Mourão, ação de Joe Biden, interesses estrangeiros protecionistas e emissão de carbono.

Além das causas e dos problemas, Entman (1993) defende as avaliações morais integram a elaboração dos quadros interpretativos da mídia. Assim, a categoria “Má gestão deliberada” surge como a mais frequente. Esta avaliação moral refere-se a um tipo de administração intencionalmente ineficiente, negligente ou prejudicial. A crítica aparece especialmente associada aos problemas “impactos ao agronegócio” e “imagem do Brasil no exterior”, e às causas “Jair Bolsonaro” e “Ricardo Salles”. As outras categorias

que compõem essa variável são: má gestão deliberada, incompetência e despreparo, falta de conhecimento, falseamento de denúncias e acusações, além da ausência de seriedade.

Já a variável recomendação de tratamento é composta pelas categorias redução das emissões, exploração sustentável dos recursos naturais, enfrentamento das questões ambientais ou repressão de crimes, aprimoramento da atuação governamental, cumprimento de acordos globais, preservação de biomas e melhoria da imagem internacional do Brasil. No Estado de S. Paulo o destaque vai para "Melhorar a imagem do Brasil Internacionalmente". Ao longo da análise é possível perceber que a reputação do Brasil diante da comunidade internacional se mostra uma das principais preocupações dos editorialistas e isto se reflete nas soluções apresentadas nos textos. Em "A guerra das águas", de 9 de fevereiro de 2020, o jornal argumenta que é preciso atribuir maior importância às mudanças climáticas e à preservação ambiental, temas que fazem do Brasil o centro das atenções mundiais. Em "Coalisão pelo clima", de 10 de abril de 2021, o jornal analisa a oportunidade que o país teve de demonstrar seu comprometimento com metas ambiciosas de redução de emissões de carbono na Cúpula dos Líderes sobre o Clima. O jornal indica que é necessário reposicionar o Brasil como líder nas discussões sobre o clima, melhorando sua imagem. "A legislação ambiental do Brasil, de fato, é uma das mais avançadas do mundo. Não foi por obra do acaso que o País, ao longo dos anos, conquistou uma posição de destaque na proteção do meio ambiente internacionalmente. É preciso honrar este legado".

No que diz respeito à Folha de S. Paulo, na variável Definição de Problema o destaque é para "desmatamento, queimadas e incêndios", categoria mais recorrente nos editoriais do jornal. Há uma preocupação do jornal em relação à destruição ambiental e suas consequências, o que fica evidente em trechos do editorial "Para europeu ver", publicado em 27 de agosto de 2019, que salienta a falta de uma política efetiva de combate a crimes ambientais pelo Governo Federal. "Não fica tanto atrás, em matéria de hipocrisia para as câmeras, a oferta primeiro-mundista de aviões para apagar queimadas. Não faltam homens e aeronaves; falta uma política consistente de combate ao desmatamento, que se concentra em apenas 0,5% das propriedades rurais e raramente se faz com o devido licenciamento" (Folha de S. Paulo, 2019).

Ao observar a variável "Interpretação causal", foi possível identificar o destaque dado a "Jair Bolsonaro". Isto evidencia que as ações e posicionamentos do presidente são considerados fatores-chave na compreensão dos problemas discutidos nos editoriais. Atos

e declarações de Bolsonaro são tidos pela Folha como “oportunistas”, “irresponsáveis”, “equivocadas” e por vezes “autoritárias”, o que evidencia seu “despreparo para o cargo”. Destacamos, por tanto, que o veículo identifica Bolsonaro como um líder autoritário, que acumula características populistas. “A sucessão de atos e declarações irresponsáveis do mandatário proporcionou material farto para que o Brasil seja mais uma vez exposto como vilão do ambiente —antes mesmo de haver dados e diagnósticos mais precisos a respeito da ampliação de queimadas e outras modalidades de devastação” (Folha de S. Paulo, 2019).

Partindo para a observação da ocorrência da variável Avaliação Moral, a categoria mais mencionada é a “má gestão deliberada”, que faz menção a uma administração intencionalmente ruim, como explicitado no editorial “Boiada tóxica”, publicado em 28 de setembro de 2020. “Ninguém pode acusar Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, de descumprir a missão recebida do presidente Jair Bolsonaro: solapar o sistema de proteção de recursos naturais no país. Para repetir a frase cínica usada pelo titular da pasta em abril, trata-se de ‘passar a boiada’, como o golpe aplicado na reunião de segunda-feira (28) do Conama, conselho nacional da área” (Folha de S. Paulo, 2020).

Ao analisar a variável Recomendação de Tratamento, podemos identificar que a categoria mais mencionada foi a necessidade de “lidar com as questões ambientais/reprimir crimes”, indicando a importância atribuída à ação governamental e à aplicação da lei para enfrentar os problemas ambientais de forma efetiva. Essa sugestão de tratamento é dada, por exemplo, ao Senado Federal, no editorial “Trator ruralista”, de 03 de junho de 2019: “Senado deve segurar nova flexibilização do Código Florestal por meio de uma MP modificada, que causaria erosão do prestígio do agronegócio”.

Diante desta análise, é importante destacar que, em suma, nos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo, a preservação ambiental é uma temática de destaque, embora com abordagens distintas em alguns momentos. Ambos reconhecem os desafios ambientais enfrentados pelo Brasil, incluindo desmatamento, poluição, mudanças climáticas e perda de biodiversidade. Ambos veículos apontam o governo de Jair Bolsonaro como agravante desses problemas, o rotulando como “irresponsável”, “incompetente” e “despreparado”. Porém, A Folha de S. Paulo adota críticas contundentes desde o início, enquanto Estado de S. Paulo, com inclinação editorial conservadora, inicia com certa aprovação antes de se tornar mais crítico.

Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente, é alvo de críticas em ambos os jornais. Suas ações são apontadas como controversas e questionáveis, incluindo a flexibilização de normas ambientais e o enfraquecimento de órgãos de proteção ambiental. Os dois jornais destacam sua relação com investigados por crimes ambientais, bem como sua atuação errática, minando a credibilidade das políticas ambientais sob sua responsabilidade. Hamilton Mourão, militar e ex-vice-presidente, assume relevância na condução das políticas ambientais, centrando-as nas Forças Armadas. Estado de S. Paulo inicialmente mostra confiança em sua atuação, mas, diante de resultados negativos, questiona sua eficácia. A Folha, por sua vez, adota uma abordagem crítica desde o início, chamando de "teatral" suas ações.

A imagem do Brasil no cenário internacional é preocupação recorrente. Ambos os jornais enfatizam que as posturas antiambientalistas de Bolsonaro afetam negativamente a reputação do país. O Estado de S. Paulo, porém, sugere que críticas de países como França, Alemanha e Noruega têm motivações protecionistas para prejudicar o agronegócio brasileiro, destacando a importância econômica desse setor. A Folha de S. Paulo não adota esse ponto de vista. Em relação a questões econômicas, Estado de S. Paulo prioriza os impactos no agronegócio, enquanto a Folha foca na destruição ambiental. Neste sentido, Estado de S. Paulo converge em parte com a visão de Bolsonaro ao priorizar o crescimento econômico, considerando medidas ambientais como entraves temporários. A Folha foca em realçar os danos ambientais e a urgência de medidas para contê-los.

Destacamos que ambos os jornais não exploram amplamente os impactos sociais da má gestão ambiental, mas Estado de S. Paulo desvirtua o tema ao alertar para o "ônus social de políticas ambientais". As implicações para os direitos indígenas também não ganham centralidade nas coberturas. Os jornais perdem oportunidades de debater uma pauta relevante para líderes populistas autoritários como Bolsonaro, que buscam consolidar poder apelando para valores da maioria, às vezes marginalizando minorias. Ao focarem nas demandas da maioria e não explorarem aspectos sociais, os jornais podem inadvertidamente reforçar a agenda populista.

CONCLUSÕES

O governo de Jair Bolsonaro, que se estendeu de 2019 a 2022, foi amplamente caracterizado por sua postura antiambientalista, que desencadeou uma série de

preocupações em relação à proteção do meio ambiente no Brasil. Através de políticas e declarações controversas, o governo adotou uma abordagem que desafiou décadas de esforços de preservação dos ecossistemas do país. Durante seu mandato, houve um aumento significativo no desmatamento e nas queimadas em diversos biomas, levantando preocupações sobre a perda de biodiversidade, a liberação de grandes quantidades de carbono na atmosfera e o impacto nas comunidades indígenas que dependem desses ecossistemas.

Além disso, o governo Bolsonaro tomou medidas para enfraquecer órgãos de proteção ambiental, flexibilizar regulamentações ambientais e promover atividades econômicas que frequentemente entram em conflito com a preservação ambiental. Isso incluiu a redução do orçamento e da capacidade operacional de agências como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que historicamente desempenhavam um papel crucial na fiscalização e na aplicação das leis ambientais.

A postura do governo Bolsonaro também teve implicações internacionais, uma vez que a degradação ambiental da Amazônia atraiu a atenção e a preocupação de líderes globais, organizações internacionais e investidores. A relação tensa com líderes estrangeiros, juntamente com a retórica hostil em relação a organizações não-governamentais e cientistas, contribuiu para a imagem negativa do Brasil em questões ambientais na arena internacional.

Nesse sentido, o estudo realizado sobre a cobertura editorial dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo acerca da política ambiental do governo de Jair Bolsonaro revelou a complexidade dos enquadramentos adotados por esses veículos de comunicação. Através da análise das variáveis de definição de problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento, foi possível identificar padrões e nuances nas abordagens de ambos os jornais. A análise dos editoriais permitiu identificar as temáticas que receberam maior atenção e destaque na cobertura dos jornais, com base em variáveis inspiradas no conceito de enquadramento midiático de Entman (1993), que se desdobraram em categorias extraídas do corpus. Entre os achados, a pesquisa revelou que ambos os jornais reconheceram a importância da preservação ambiental, mas por razões diferentes.

O Estado de S. Paulo destaca interesses protecionistas estrangeiros que criticam o Brasil, especialmente no setor do agronegócio. O jornal argumenta que as críticas visam

prejudicar a reputação do país e proteger os interesses de países concorrentes. Já a Folha enfoca mais os impactos negativos das políticas bolsonaristas sobre os ecossistemas. Sem dúvidas, os jornais consideram os aspectos econômicos envolvidos nas questões ambientais, mas é o Estadão que dá o maior destaque, enfatizando o impacto no agronegócio. O jornal, inclusive, chega a convergir com o governo de Bolsonaro ao enfocar o crescimento econômico a despeito de riscos iminentes, como aqueles gerados pela mineração em terras indígenas. Ressaltamos, ainda, que nenhum dos veículos explora adequadamente as implicações sociais e os ataques aos direitos indígenas, o que denota a falta de centralidade desses temas na cobertura editorial sobre a pauta ambiental, apesar de esses grupos terem sido alvos da agenda bolsonarista em diversos momentos do seu mandato.

Ao investigarmos os editoriais de dois jornais com a relevância da Folha e do Estadão, foi possível refletir, criticamente, sobre a posição política da imprensa mainstream no enquadramento da pauta antiambiental de um governo extremista que afrontou normas básicas da convivência democrática. Por meio do mapeamento dos enquadramentos mais prevalentes nos dois jornais, a pesquisa pretendeu contribuir com os estudos do campo comunicacional, ao fornecer uma reflexão que explorou as conexões entre o populismo, o meio ambiente e a mídia.

Esperamos, em suma, que as contribuições aqui reunidas, que merecem aprofundamento em pesquisas futuras, possam ampliar o debate e estimular novas análises para uma compreensão mais aprofundada e contextualizada de contextos complexos como o brasileiro, cuja democracia possui agora diversas fissuras deixadas pela experiência corrosiva da extrema-direita no último quadriênio presidencial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruno; PRIOR, Hélder. **Framing political populism: The role of media in framing the election of Jair Bolsonaro.** *Journalism Practice*, v. 15, n. 2, p. 226-242, 2021.

CAMPOS, Fernanda Safira Soares. **Enquadramentos da Reforma da Previdência: uma análise de editoriais dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Mato Grosso, 2019.

ENTMAN, Robert M. **Framing: Toward clarification of a fractured paradigm.** *Journal of communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESPINOSA, M. P. **Géneros para la persuasión en prensa:** los editoriales del diario El País. *Ámbitos: Revista Internacional de Comunicación*, 9 y 10, 225-238., 2003.

FERRANTE, Lucas; FEARNSIDE, Philip M. **Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate.** *Environmental Conservation*, v. 46, n. 4, p. 261-263, 2019.

FIRMSTONE, J. **Editorial journalism and newspapers:** editorial opinions. In: *Oxford research encyclopedia of communication*. 2019.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **O consenso forjado:** a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. Editora Hucitec, 2005.

GOMES, L. F. **Cinema nacional:** caminhos percorridos. São Paulo: Ed. USP, 2007.

GUAZINA, Liziane Soares. **Populismos de direita e autoritarismos:** apontamentos teóricos para estudos sobre a comunicação populista. *Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, n. 12, p. 49-66, 2021.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. **The content analysis of media frames:** Toward improving reliability and validity. *Journal of communication*, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

MCCARTHY, James. **Authoritarianism, populism, and the environment:** Comparative experiences, insights, and perspectives. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 109, n. 2, p. 301-313, 2019.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos:** um modelo classificatório. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 39, p. 39-56, 2016.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro:** Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism:** A very short introduction. Oxford University Press, 2017.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash:** Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge University Press, 2019.